

II Congresso Histórico Internacional

***AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE***

18 a 20 de outubro de 2017

**ATAS**

CIDADE CONTEMPORÂNEA

2017

## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

II Congresso Histórico Internacional  
As Cidades na História: Sociedade

### **Volume**

II - Cidade Contemporânea

### **Edição**

Câmara Municipal de Guimarães

### **Coordenação técnica**

Antero Ferreira  
Alexandra Marques

### **Fotografia**

Paulo Pacheco

### **Design gráfico**

Maria Alexandre Neves

### **Tiragem**

200 exemplares

### **Data de saída**

Dezembro 2019

### **ISBN (Obra completa)**

978-989-8474-54-4

### **Depósito Legal**

364247/13

### **Execução gráfica**

Diário do Minho

# ÍNDICE

## CIDADE CONTEMPORÂNEA

### CONFERÊNCIAS

pág. 7

The Post-Industrial City: Main Trends in European Urban Growth 1970-2015

*Lars Nilsson*

pág. 27

A cidade do Presente

*Magda Pinheiro*

pág. 35

Portugal sem chão: a importância das políticas públicas e da relação urbano-rural

*Renato Miguel do Carmo*

### COMUNICAÇÕES

pág. 45

Un musée vivant au coeur de Transylvanie: le musée ethnographique de Cluj-Napoca depuis sa fondation jusqu'à nos jours (1922-2017)

*Dana-Maria Rus*

pág. 61

Entre Skopje e Guimarães. História e Utopia nas visões urbanas de Kenzo Tange e Fernando Távora

*Eduardo Fernandes, Ana Pinho Ferreira*

pág. 83

A cidade e os sonhos em Auto de Ilhéus

*Elizângela Gonçalves Pinheiro*

pág. 109

Brasília: A Cidade Moderna na Cidade das Palavras

*Eloísa Pereira Barroso*

pág. 137

La ciudad ideal vs. La crónica urbana

*Jordi Sardà Ferran, Josep Maria Solé Gras, Anna Royo Bareng, Jaume Fabregat González*

pág. 175

Guimarães e a procura constante da modernidade

*Filipe Fontes*

pág. 195

Leituras do passado na cidade do presente: um estudo de educação patrimonial em Guimarães

*Helena Pinto*

pág. 223

El Friso del comercio local

*Pau de Solà-Morales, Jordi Sardà*

pág. 257

Perigosidade radiológica na cidade do presente: a contribuição dos materiais de construção para a dose externa resultante da radiação gama

*P. Pereira, J. Sanjurjo-Sánchez, C. Alves*

pág. 279

Perspetivas Complementares de Valorização do Património em Pedra em Almeida (Distrito da Guarda)

*P. Pereira, L.F. Ramos, A. Freitas, A. Cunha, C. Alves*

pág. 309

Foz do Iguaçu, Brasil: a cidade das migrações

*Pedro M. Staevie*

pág. 329

The Evolution of the “Barcelona Model”: Identity and Urban Regeneration

*Pietro Viscomi*

pág. 347

Brasília Além da Cidade Moderna

*Sérgio Ulisses Jatobá*

pág. 373

A Construção de Cidades de Eventos: O Caso de Gramado (Brasil)

*Yoná da Silva Dalonso, Júlia Maria Lourenço, Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo*

pág. 397

In situ urbanization in China: Processes, contributing factors, and policy implications

*Yu Zhu*

pág. 403

Luanda cidade colonial: A construção de bairros indígenas, 1922 – 1962. “Fomento ou Controlo”?

*Yuri Manuel Francisco Agostinho*

# Guimarães e a procura constante da modernidade

**Filipe Fontes**

Arquiteto

Câmara Municipal de Guimarães

[filipe.fontes@cm-guimaraes.pt](mailto:filipe.fontes@cm-guimaraes.pt)



## **Resumo**

Renovando-se a procura de rótulos para a cidade, importa regressar às raízes de “ser cidade”: conjunto de seres humanos que se relacionam por necessidade sobre um território físico e que gera pessoas, artefactos e actividade.

Guimarães é apontada como uma realidade ora residual e ínfima, ora singular e irrepetível. E exemplo maior de um modelo urbano onde a cidade canónica se dilui num território polvilhado de construções a que se chama urbano. É para uns, exemplo híbrido, para outros, caso de estudo.

Este texto pretende entender Guimarães enquanto sistema urbano policêntrico que se suporta no “berço da nacionalidade” e se projecta para lá de “capital europeia da cultura”, que, à sua maneira, procura novas formas de se encontrar com a contemporaneidade (sem negação de um passado que orgulha e se renova a cada dia que passa) e que encontra em François Ascher a sua síntese: “as cidades que souberem desenvolver um compromisso urbano criativo têm vantagens para sair da crise. Mas o elemento estratégico será o posicionamento nas tecnologias verdes... as cidades devem tornar-se lugar de experimentação de um urbanismo verde”.





Num momento onde o “pós” assume progressivo protagonismo e se verifica uma procura de novas definições e rótulos (metapolis, cidade genérica, urbano, “smart cities”, entre tantas outras) para a cidade de modo a enquadrar e caracterizar a sua natureza e o seu crescimento, importa regressar às raízes de “ser cidade”: conjunto de seres humanos que se relacionam por necessidade (de troca de bens) sobre um território físico e que gera pessoas (sociedade), artefactos (cultura) e actividade (economia). E entender que não é possível crescer e avançar sem identidade e sentido de pertença a um lugar. E comunidade.

Hoje, o momento é tão difícil quanto instável e mutável que questionamos, cada vez mais, “para quê prever ou planear (como acto de antecipação)”, se tudo muda a uma velocidade maior do que o nosso pensamento e se a verdade do real, do palpável e do vivido é substituída pela realidade percebida e interpretada, quase como se o mundo não fosse factual e visível (e todos nós, naturalmente, tivéssemos que nos sujeitar ao mesmo) mas sim como se existissem tantos mundos como pessoas, num processo de metamorfose física e variação de contexto que rapidamente originaria o caos.

Como interroga Henri Lefebvre “Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e de participação da cidade, quase inteiramente desaparecidas, e que não podemos estimular nem pela via autoritária, nem por prescrição administrativa nem pela intervenção dos especialistas?”<sup>1</sup>

E porque é difícil o tempo de hoje, talvez seja útil recuperar texto há algum tempo escrito sobre o que mais pereniza e amarra no tempo e afectividade uma cidade: o espaço público.

Há três elementos fundamentais numa cidade: o território, as pessoas e a actividade gerada entre as mesmas. E são estes três elementos que estruturam toda a vida e produção da cidade, seja política, económica ou cultural.

---

<sup>1</sup> LEFEBVRE, HENRI (2012) O direito à cidade, 1ª edição, Lisboa, Estúdio e Livraria Letra Livro

Como tal, parece consensual que a cidade é um esforço comunitário e um resultado colectivo que se rentabilizam quanto maior (e melhor) for a identidade das pessoas com o território que habitam.

O espaço público é, por excelência, o espaço de (maior) expressão comunitária e aquele que, sendo de todos, é nele que a reunião das pessoas e sua comunhão em torno de um “bem comum” melhor se concretiza.

E, no presente, dir-se-á, “abre-se parêntesis” para repisar palavras escritas pelo autor noutro contexto e documento mas que, julga, nunca como agora pertinentes e justas.

“Entendendo-se espaço público como aquele onde a comunidade se expressa, como “um espaço de recordação comum” (INNERARITY, 2006) onde “os actores constituem-se como sujeitos na medida em que articulam um espaço de lembrança e olvido, uma história que podem considerar comum...” (INNERARITY, 2006), o mesmo é sujeito a diferentes visões analíticas e argumentativas, dir-se-á mesmo, ideológicas, vagueando nos seus extremos entre um conservadorismo atávico e um liberalismo desenfreado.

Dominantemente, identifica-se três visões maiores, regulares e constantes: (1) a visão ecologista numa perspectiva de que a natureza não se transforma nem se ajusta. Apenas se preserva. Talvez o que nos transporta(ou) para uma visão tão generalista e cinzenta da palavra sustentabilidade; (2) a visão economicista na convicção de que todo o espaço construído deve ser rentabilizado e autoportante, alimentando-se e dando a alimentar o próprio espaço. Porventura, fixando de forma desfasada a palavra competitividade; (3) a visão social na certeza que o espaço público, seja natural ou artificial, é palco de experimentação e contacto, de conhecimento e interacção, transformando seres humanos em pessoas. Acredita-se presença na génese da palavra coesão...

Estas três visões replicam-se e repetem-se, gerando variações ou radicalismos, aproximações e equilíbrios, que contribuem para uma noção de espaço público ainda tão longe de estabilização e consensualização.”<sup>2</sup>

Perante esta realidade, a importância do espaço público na qualidade de vida das pessoas é incontornável, sendo o usufruto comunitário medida certa da assertividade e qualidade do seu desempenho.

---

<sup>2</sup> FONTES, FILIPE (2017) “Por um meio ambiente mais arruador”, Guimarães Cidade Visível, nº 4, Guimarães

Na certeza de que se vive um momento de constante e profunda mudança, reconhece-se que, hoje, o paradigma do espaço público – a praça, o largo, ... - se encontra em crise (no sentido da sua exclusividade), concorrendo, actualmente, para este mesmo espaço público realidades tão diversas como um centro comercial, uma auto-estrada e, no limite, os próprios instrumentos de tecnologia e espaço cibernético.

Na realidade, este mesmo espaço público possui uma matriz, dir-se-á, sociológica que o faz totalmente dependente da condição de urbanidade e modo de vida das pessoas, sendo, por isso mesmo, mutável e metamorfoseado na justa medida das mudanças societais que o tempo vai revelando.

Dir-se-á que é fruto das circunstâncias e que é incontornável. Talvez. Mas também não deixará de ser sinónimo de perda de identidade e identificação das pessoas com o lugar que habitam e, sobretudo, da (perda da) qualidade das relações comunitárias. Ou seja, não será proporcional a perda da relevância do espaço público à mudança das interacções sociais que se vai realizando e à respectiva uniformização e “impessoalização”? (Talvez pecando por exagero e simplificação, antes uma “esplanada de café”, também ela um exemplo de espaço público, era palco de encontro entre pessoas e conversa. Agora também o será mas com as pessoas “agarradas” aos telemóveis, socializando-se “via wi fi”). Citando François Ascher “as relações sociais foram de facto extraordinariamente multiplicadas. A sua natureza é diversificada e apoiam-se em modos de comunicação múltiplos: trocar mensagens na internet e encontrar-se no café são com efeito interacções qualitativamente diferentes. As relações são igualmente muito mais “fracas” do que antigamente e mais frágeis também. Em compensação, é muito mais fácil estabelecer outras novas. É a “força das relações fracas”...”<sup>3</sup>

E talvez sejam estas “relações fracas” que nos fazem voltar a palavras antes escritas “E se o espaço público é o bem comum que se transversaliza na sociedade, desde logo, identificamos aqueles que determinam a forma e a função, a condição desse espaço: o poder político (“a política é, precisamente, uma luta pela definição do bem comum” (NORBERT ELIAS, 1998)), a capacidade técnica e o envolvimento social. Porque, (1) o primeiro opta e decide, determinando o caminho e sendo farol que avisa e referencia; (2) o segundo desenha e formaliza o espaço, cristalizando as ferramentas e mecanismos de auxílio; (3) o terceiro apropria-se do espaço, tornando, verdadeiramente, conta dele e dele “pessoalizando”... Na verdade, porque os três condensam interpretação, materialização e apropriação. E a harmonia que, entre os três, deve ser “cola e cimento”<sup>4</sup>

<sup>3</sup> ASCHER, FRANÇOIS, Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos. Um léxico, Livros Horizonte, lda, Lisboa (2010) (ed. Portuguesa)

<sup>4</sup> FONTES, FILIPE (2017) “Por um meio ambiente mais arruador”, Guimarães Cidade Visível, nº 4, Guimarães

Por outro lado, este “novo tempo”, que tudo facilita e tudo movimenta, possibilita viver, trabalhar e comprar em locais muito diferentes e, não despreciando, fora do contexto da cidade de origem ou autóctone. E esta possibilidade (que a facilidade de crédito bancário, a comunicação fácil, o micro-ondas e a generalização do automóvel tão acentuaram), podendo permitir a concretização de um sonho de uma vida melhor, favoreceu a escolha do local para viver em função de critérios materiais de conforto e autónomos da emoção da proximidade familiar ou identidade cultural e urbana. Ou seja, permitiu escolher pela melhor oferta, não pelo sentido de pertença. Transformou a noção de terra em palavra solo.

Tudo isto contribui para que, hoje, se constate a a perda de significado do espaço público, importando (é convicção) regressar ao âmago do espaço público – espaço de referência e pertença a uma comunidade. E, portanto, de todos sem excepção.

E tal significa regressar às raízes, devolvendo a este espaço uma carga polarizadora e referenciadora de vida comunitária, esbatendo “a cidade como um conjunto de desconhecidos, o espaço onde é rotina encontrar pessoas desconhecidas e em que a proximidade física coexiste com a distância social”<sup>5</sup> e afirmando a necessidade inata deste espaço público possuir identidade. E nome próprio. Será possível?

Paralelamente, urge recuperar a noção de cidade e o seu valor ético. Porque feita de formas e espaços (sendo o espaço entre as formas também forma<sup>6</sup>), feita de espaços colectivos e edifícios, tudo se construindo e transformando, a cidade é um projecto, um grande projecto que se vai completando e transformando com o tempo, resultado da (re) interpretação da sua história e da capacidade propositiva de novos caminhos e revisões. Cidade que sendo, por definição genérica, concentração de pessoas numa determinada área territorial e aglomeração de serviços em resposta às necessidades das pessoas, enquanto individuais e de comunidade, “é a casa do homem”<sup>7</sup>.

A cidade é, pois, um valor colectivo de todos e para todos que, ao longo do tempo foi crescendo em função das suas necessidades e sucessivas interpretações do seu tecido urbano. Ou seja, à cidade é inerente a memória que mais não é do que o seu fio condutor, o seu sedimento unitário sobre a sua própria história. Sendo um valor colectivo com memória, este valor só encontra sentido na medida da sua capacidade em contribuir para a felicidade do Homem, seja ela em forma de bem-estar individual ou comunitário.

<sup>5</sup> INNERARITY, DANIEL, O novo espaço público, Editorial Teorema, Lisboa (2010) (ed. Portuguesa)

<sup>6</sup> TÁVORA, FERNANDO, citação livre

<sup>7</sup> TÁVORA, FERNANDO, citação livre

Depois, urge também recuperar o significado dos espaços e das construções, no fundo, das formas que compõem a cidade. E de todas essas formas, o espaço público surge como o de maior expressão dessa colectividade que é a cidade. Recuperar o sentido da praça, enquanto espaço de encontro e polaridade, de identidade e de estar, reconhecer na rua um espaço de todos, reafirmar o jardim como elemento verde integrante, entre outros, permitirá devolver aos habitantes da cidade a noção de pertença e afectividade.

Por fim, importa derrubar barreiras e entender as cidades como partes de um todo e não como território fechado por limites administrativos, muitas vezes, fictícios e sem qualquer expressão física. Embora a história e as tradições possibilitem a identidade de muitos desses aglomerados, é no cruzamento e partilha das necessidades e possibilidades que reside a maximização dos recursos e resultados (impedindo o esbanjamento de recursos e o espartilhar de esforços sem sentido para o bem comum!).

É convicção que sem esta assunção das cidades como território colectivo, não será possível caminhar pelo trilho ponderado da racionalidade...

Depois, haverá que olhar para a periferia<sup>8</sup>, porventura, mais do que para o centro. Este que, progressivamente, se vem desertificando e degradando, necessita de investimento e reabilitação mas detém a história e a sedimentação urbana que o afirmam como incontornável na cidade e dela parte integrante. A periferia, esse imenso território “de ninguém”, não possui essa mesma memória e estrutura, faltando-lhe esse sentimento de pertença que a história confere e essa estrutura que as várias interpretações e leituras do tecido urbano antigo permite criar e desenvolver.

Preencher os espaços intersticiais entre o centro e a periferia, funcionando como “elementos de amarração” do tecido urbano e de ligação “dentro – fora”, e valorizar a periferia como parte integrante da cidade afiguram-se tarefas essenciais a desempenhar.

Por fim, fixa-se o ambiente e a ecologia como elementos omnipresentes na cidade e fundamentais para o seu equilíbrio. Ambiente e ecologia que se relacionam com o combate à poluição, o respeito pelas linhas de água, a não impermeabilização do solo de forma sistemática e massiva, a arborização dos arruamentos, no fundo, a sã convivência do dado criado – território – com o dado posto – a construção – pelo Homem num equilíbrio, necessariamente e cada vez mais, justo e proporcionado.

É convicção que só assim será possível actuar sobre e nas cidades enquanto espaço de memória e colectividade, de qualidade e de futuro, eliminando o risco de continuar a construir por “atacado”, engordando as cidades (sobre as quais se aplicarão, depois,

---

8 “o conceito de periferia não se encontra estabilizado nem consolidado. Usa-se aqui na sua forma mais simplificada e mais correntemente utilizada. Ou seja, periferia enquanto espaço territorial fora do centro e da sua área de influência directa.”

“pequenos tratamentos” de resultados temporários e custos elevados) mas não as alimentando de forma equilibrada e sustentada e deixando o caminho aberto para um “pós” qualquer... Na verdade “Não basta ter edifícios para construir uma cidade, é preciso que a cidade faça sentido para os seus habitantes”<sup>9</sup>.

Porque, hoje, o estado do autor destas palavras é esta mistura de perplexidade perante a multiplicidade de realidades que se geram, de angústia perante a realidade sentida e vivida abandonada em nome de um “pós” qualquer que ainda ninguém conhece ou domina; porque hoje é este estado de espírito que comanda que, ao autor destas palavras, surge a vontade e o ímpeto, não de construir um documento técnico ou académico sobre a cidade e Guimarães, mas sim, e antes de mais, de formatar um manifesto. Sim, um manifesto sobre o que é ser cidade, o que é crescer como cidade, o que é ambicionar ser melhor cidade e projectar o seu futuro, num processo que acrescenta emoção e sentimento, vontade e genuinidade (tão arredadas que andam nos “tempos que correm”), sempre reportando, e a partir de agora, a Guimarães.

Olhando para Guimarães e neste clima de “pós modernidade” (ou, simplesmente, “pós realidade”), a cidade (tal como a conhecemos) não parece real: a pedra da calçada feita do desgaste físico e memória, sem tempo nem prazo, parece hoje desfasada do granito serrado e lajeado extenso que invade o espaço público de múltiplas urbes, tornando-as cada vez mais iguais e menos distintivas; os edifícios acomodados entre si num processo construtivo, aparentemente, tão sedimentar mas, teimosamente, perenizando-se como frentes de ruas charmosas e atractivas; a identidade, afectividade e relação umbilical da população autóctone com a sua cidade que produz um bairrismo tão exacerbado quanto único e seguro de vida da mesma cidade (que não perde o seu norte, ou seja, a sua história), entre tantas outras situações...

Na verdade, esta cidade aparenta não ter a sofisticação das urbes ditas contemporâneas, de não ter a modernidade das urbes ditas evoluídas, de não ter o *glamour* dos guias turísticos maiores, ... e, afinal de contas, no fim, depois de calcorrear os seus caminhos, olhar para os seus mapas, ler e ouvir a sua história, descobrimos que, afinal, não falta a Guimarães sofisticação e modernidade, densidade e intensidade. Numa palavra: singularidade, de tão rica e única que se transforma numa única e rica cidade capaz de oferecer ao mundo uma nação, capaz de ser capital por mérito próprio (e não por dimensão ou localização), capaz de, constantemente, ser mencionada, invocada, usada como exemplo e referida não como prova de vida mas como parte de prova de vida do mundo.

---

<sup>9</sup> BRANDÃO, PEDRO, Citação livre



Autoria: Paulo Pacheco, fotógrafo / Câmara Municipal de Guimarães

Centrando o texto na componente urbana da cidade, enquanto leitura física do território, afigura-se inegável que Guimarães é uma realidade ora residual e ínfima (face à sua dimensão e expressão a nível internacional), ora singular e irrepetível (em função da sua história e modelo de crescimento), ora exemplo maior de um modelo urbano onde a cidade canónica se dilui no território polvilhado de construções e transformações a que se chama urbano...

Ainda numa perspectiva urbanística sobre a sua história (na aceitação de que “a história é uma coisa *que acontece* e não *que se faz*”<sup>10</sup>), procuraremos entender Guimarães enquanto sistema urbano policêntrico que se suporta no “berço da nacionalidade” e se prolonga para lá da “capital europeia da cultura”, que permanece identitário e, à sua maneira, cosmopolita e procura novas formas de se encontrar com a contemporaneidade. E cruzando o anunciado novo desígnio de Guimarães, expresso de forma visível e documental na candidatura a capital verde europeia, com o futuro desenhado por François Ascher “as cidades que

<sup>10</sup> INNERARITY, DANIEL, O novo espaço público, Editorial Teorema, Lisboa (2010) (ed. Portuguesa)



souberem desenvolver um compromisso urbano criativo têm vantagens para sair da crise. Mas o elemento estratégico será o posicionamento nas tecnologias verdes... as cidades devem tornar-se lugar de experimentação de um urbanismo verde”<sup>11</sup>. E, assim, estabelecer linha de continuidade que tão bem caracteriza esta cidade feita de um passado que orgulha as suas gentes empreendedoras e se renova a cada dia que passa, contrariando a fatalidade que Daniel Innerarity aponta: “aquilo que nós somos não pode ser entendido como o resultado da nossa vontade”<sup>12</sup>.

Recupera-se agora texto escrito pelo Autor destas palavras que encerra (na sua perspectiva) uma síntese do processo urbanístico de Guimarães, síntese com passado, presente e futuro, para depois se concluir, porventura, continuando a agitar o “espírito do pós” mas com a convicção de que o futuro e a procura constante da modernidade é “ser como se é e como se quer ser”.

Orgulhosamente “berço da nacionalidade”, Guimarães assume-se como um município de média dimensão à escala nacional, ocupando uma posição geográfica de charneira entre um litoral fortemente densificado e urbanizado e um interior do país em processo de desertificação e desruralização.

Próximo do mar e da serra, servida por infra-estruturas rodó e ferroviárias capazes e conectores com o mundo (aeroporto e porto de mar), ao longo da sua história, Guimarães projeta-se pelo exemplo e como um marco incontornável no país, oferecendo ao mundo uma nação, uma realidade natural singular, um acervo patrimonial classificado como “património cultural da humanidade” e uma capacidade inegável de ser e fazer (cuja recente capital europeia da cultura 2012 foi exemplo visível e contemporâneo).

Há muito constante no mapa geográfico e sentimental da população que habita e atua sobre o território, Guimarães constrói-se ancorado numa relação indisfarçável e constante entre o bem natural do seu território e a sua capacidade de empreender e realizar, condensada na cultura vimaranense, hoje, elemento agregador e identificador da comunidade com o espaço que habita, hoje elemento visibilizador de Guimarães no mundo.

---

<sup>11</sup> ASCHER, FRANÇOIS, *Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos*. Um léxico, Livros Horizonte, lda, Lisboa (2010) (ed. Portuguesa)

<sup>12</sup> INNERARITY, DANIEL, *O novo espaço público*, Editorial Teorema, Lisboa (2010) (ed. Portuguesa)

Três características são indissociáveis deste território:

1. Salvaguarda e defesa do vale ou da veiga, aqueles terrenos de maior potencial agrícola e hídrico para a prática da agricultura;
2. Salvaguarda e defesa das terras altas para a floresta;
3. (e porque ponto intermédio e de transição), a chamada “cota média” da encosta para a implantação das infra-estruturas de ligação e a habitação necessária como suporte à actividade humana.

Três momentos temporais são marcantes para este mesmo território:

1. Uma prática agrícola ancestral, fortemente relacionada com o imenso potencial hídrico destes solos e que, ao longo do tempo, com diferentes matizes e dimensões, se vai mantendo;
2. Um desenvolvimento industrial exponencial único, cuja presença da água e a disponibilidade de mão-de-obra de baixo valor salarial foram razões fundamentais;
3. Uma explosão de actividade e construção, polvilhando o território de edificações, adensando a rede capilar de caminhos, outrora de suporte à actividade económica – seja agrícola, florestal ou industrial – agora suporte à urbanização, difundindo pelo território habitação, serviços e equipamentos, assinalando um tempo novo de vivência urbana, de transformação do rural em urbano, fortemente marcado pelo fácil acesso ao crédito, disponibilidade do automóvel, telemóvel, micro-ondas, que conferiram à população a oportunidade de viver “não junto ao local de trabalho ou à escola” mas onde o desejavam... Ao nível da actividade industrial, perdendo a dependência da água, porventura ganhando outra dependência (acessibilidade e ligação à macro rede viária), a mesma extrapolou a proximidade à água e acompanhou a habitação na ocupação contínua do território, não sem antes, ou complementarmente, experimentar formas de aglomeração e concertação de localizações industriais em parques específicos.

E, seguramente, construindo um modelo urbano do território, com nome e características próprias. Ao contrário do que tanto se propagandeia, este denominado “difuso” não é a negação de qualquer modelo urbano. É ele próprio um modelo urbano que só a sua “vergonha” de ser e existir o faz acantonar e não se mostrar afirmativamente ao mundo.

É convicção que este modelo territorial constitui uma verdadeira globalização do território que se vai acentuando, aperfeiçoando ou corrigindo em função do seu crescimento e paisagem, tornando o território acessível e não proibido, incluindo a migração no seu carácter indelevelmente autóctone, sendo possível viver, trabalhar, aprender e usufruir em locais distintos e afastados por força da liberalização do território, o qual se conecta por uma imensa rede capilar de ruas e caminhos e pela possibilidade de acesso a crédito e bens que incrementaram e facilitaram a vida da população.

Embora global, torna-se interessante, e verdadeiramente fundamental para a caracterização e entendimento de Guimarães, verificar que esta realidade e a sua evolução não retira o carácter local e a proximidade da população à “terra onde vive”, antes pelo contrário, corresponde a um acentuar e reforçar dessa situação, promovendo uma noção de identidade, “apego” e relação com o território que habitam, hoje, considerado, de forma consensual, distintiva e determinante para a coesão e desenvolvimento do território municipal.

Talvez por força desta ocupação de solo, que se traduz, de facto, no reflexo das necessidades e vontades da população e é o fruto do trabalho e de uma forma muito peculiar de vivência e usufruto, dir-se-á que este modelo territorial, por tão agarrado à história e às pessoas, é inato ao próprio território. É seguramente resultado constante e perene ao longo do tempo da interacção da população com a terra, da capacidade de equilibrar o aproveitamento dos bens naturais com a construção da actividade e cultura. É respeitar o natural e enriquece-lo com cultura, fomentando esta ubiquidade a que deu nome próprio: bioculturalidade.

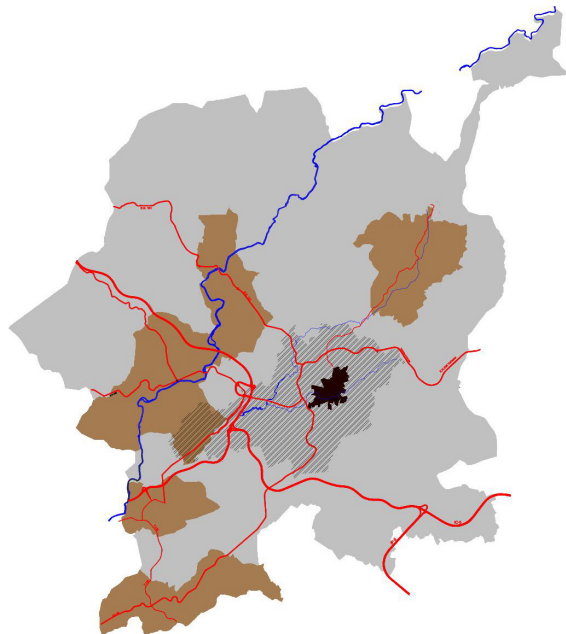
Feito da conjugação do fazer, corrigir e reinventar, este modelo territorial foi gerando diferentes níveis de aglomeração e enriquecendo o território vimaranense com lugares urbanos de expressão variável que, traduzindo o sentido de pertença da população com aquele lugar, são capazes de salvaguardar um carácter tão especializado e único que os transforma em verdadeiras âncoras e referenciais territoriais.

De alguma forma, transporta-nos para o conceito de “cidade durável” de François Ascher: “esta deve ser um compromisso entre as exigências económicas, sociais e ambientais”<sup>13</sup>. E acrescenta-se fazer e dever fazer caminho no espaço e no tempo. Porque só no tempo, e independentemente da respectiva qualidade, é que ganham a “patine” da pertença a um lugar e se amarram à terra.

<sup>13</sup> ASCHER, FRANÇOIS, *Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos. Um léxico*, Livros Horizonte, lda, Lisboa (2010) (ed. Portuguesa)

Constituindo um sistema policêntrico indisfarçável (formado por um conjunto de 10 lugares significativos – 1 cidade e 9 vilas), onde se concentra 2/3 da população municipal, é sobre este sistema policêntrico que a vida em Guimarães se suporta e estrutura, é sobre este espaço intersticial que se joga grande parte das decisões determinantes para este mesmo território.

**Figura 1. mapa “Guimarães e (a identificação das) suas aglomerações maiores”, 2017**



fonte: Câmara Municipal de Guimarães

Feita de uma aglomeração central e nove aglomerações complementares maiores - vilas (cidade de Guimarães, S. Torcato, Taipas, Ponte, Brito, Ronfe, Pavidém, Serzedelo, Moreira de Cónegos e Lordelo), destacam-se três vectores identitários deste sistema:

1. Ligações naturais e construídas entre a cidade e as vilas;
2. Carácter funcional e de referência das vilas;
3. Grau de especialização funcional das vilas.

Assim:

1. A cidade e as vilas encontram-se ligadas e relacionadas, física e territorialmente, por elementos incontornáveis e determinantes no território: ora floresta, ora terrenos agrícolas, ora corredor verde; ora rio Ave, rio Selho ou rio Vizela... (realidade não despicienda já que são este elementos naturais que fundamentam o nascimento deste modelo territorial);
2. A cidade e as vilas encontram-se ligadas por um sistema viário indissociável e verdadeiramente estruturador e condicionador quer da ocupação territorial, quer da vida diária da população (é sobre este sistema viário que as grandes pendularidade e fluxos viários se expressam) – estrada nacional 101 (Taipas e Ponte), estrada nacional 105 (Moreira de Cónegos e Lordelo), estrada nacional 206 (Brito e Ronfe), antiga estrada nacional 310 (Pevidém e Serzedelo) e antiga estrada nacional 207-4 (S. Torcato);
3. A cidade e as vilas, embora em diferentes graus quantitativo e qualitativo, apresentam pontos comuns e uma riqueza expressiva ao nível patrimonial, cultural e desportivo: complexo termal das Taipas, arqueologia industrial de Pevidém, Igreja românica de Serzedelo e festas das Cruzes em Serzedelo, complexo religioso de S. Torcato, feiras, entre outros;
4. As vilas localizam-se nos principais eixos de ligação entre Guimarães e os Municípios vizinhos;

É sobre este território policêntrico, tão agarrado à terra e às suas gentes (que tantas vezes é denominado como “a minha terra”), território que conhece um processo de regeneração urbana do seu núcleo central exemplar e inovador, a valorização alargada do espaço público, a reconversão dos grandes contentores industriais em equipamentos públicos, a materialização de espaços verdes expressivos de fruição e complementares ao verde agrícola e florestal tão presente na paisagem (que agora se deseja disseminar pelo sistema policêntrico numa leitura unitária e qualificada), território que se transforma e reinventa, industrializando-se e patrimonializando-se, preservando os seus recursos hídricos e crescendo a sua área verde, que se constrói a atuação municipal e este “ser vimaranense”, traduzido em três princípios fundacionais da comunidade:

1. Identidade da população com o seu território, sentido de pertença e apego à sua terra;
2. Espírito colectivo e comunitário transversal a toda a população que incute um sentido de pertença e valorização dos bens comuns, seja a montanha da Penha, o rio Ave ou o castelo;
3. Capacidade de reinvenção, ambicionando sempre mais sem perda do rasto e lastro identitário que a história vai perenizando.
4. e resposta aos problemas, assumindo novas formas de abordagem e atuação sem perda desse referencial identitário e comunitário.

E é sobre este território massacrado de história, natureza e cultura que se ambiciona, qualitativamente, voltar a ousar e crescer. Perenizando e qualificando a bioculturalidade. Afinal, a melhor forma de nomear a relação de Guimarães com o seu território desde que Guimarães ofereceu uma nação ao mundo!

E é sobre este mesmo território, reconhecido em 2001 património cultural da humanidade (UNESCO) para o seu centro histórico, escolhido em 2004 para integrar o campeonato europeu de futebol, em 2012 designado capital europeia da cultura e em 2013 cidade europeia do desporto que a história se vai produzindo e reproduzindo, numa sucessão de prémios e reconhecimento, incentivos e conquista, numa materialização tão evidente quanto as suas possibilidades e capacidades deixam ler e adivinhar: continuar a estar e a crescer de forma singular. De querer ser melhor, cada vez melhor. E ser uma referência.

E com esta expressão “ser uma referência”, descobrimos a resposta, (re)encontramos o caminho (constante) para a modernidade: ser quem somos, tentando ser melhor.

Moderno não é aquele renega ou desvaloriza as suas raízes. Nem aquele que olha para o lado para se situar e classificar, ficando contente do seu lugar desde que possa “olhar para baixo”. Nem tão pouco aquele que reage à tendência e moda, construindo o seu futuro em função do momento.

Moderno é aquele que se aceita como é e se critica para se aceitar ainda melhor. Moderno é aquele que olha para trás de modo a aprender a melhor compreender o futuro. Moderno não é repetir nem inovar, diluindo-se na voragem do “política e correctamente inovador”. Moderno é ser assim: o que somos e a exigência de querer sempre mais. E conseguir ser mais. Só assim se é referência. E, por isso, se acredita que Guimarães é uma referência. E este é, sem dúvida alguma, o seu caminho da procura constante da modernidade!

### **Bibliografia**

ASCHER, FRANÇOIS, Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos. Um léxico, Livros Horizonte, lda, Lisboa (2010) (ed. Portuguesa)

ELIAS, NORBERT (1998) Uber den process der zivilisation, Frankfurt, appud (citado por)

FONTES, FILIPE (2017) “Por um meio ambiente mais arruador”, Guimarães Cidade Visível, nº 4, Guimarães

INNERARITY, DANIEL, O novo espaço público, Editorial Teorema, Lisboa (2010) (ed. Portuguesa)

LEFEBVRE, HENRI (2012) O direito à cidade, 1ª edição, Lisboa, Estúdio e Livraria Letra Livre

Citações livres de Brandão, Pedro; Távora, Fernando

[www.cm-guimaraes-pt](http://www.cm-guimaraes-pt)